

TRANSVERSALIZANDO ANGELA DAVIS:

Análise interseccional e histórica de mulheridades e travestilidades negras na contemporaneidade

CROSS-SECTIONING ANGELA DAVIS:

Intersectional and historical analysis of black womanhood and transvestism in contemporary times

TRANSVERSALIZANDO A ANGELA DAVIS:

Análisis interseccional e histórico de mujeres negras y travestis en la época contemporánea

TRANSVERSALISATION D'ANGELA DAVIS:

Analyse intersectionnelle et historique des femmes et travestis noirs à l'époque contemporaine

Lindleyrlan Ramos Silva

Mestranda em Artes Cênicas, Universidade Federal do Maranhão; Maranhão, Brasil.

lihramosoficial@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0007-3789-6655>

Samarone Carvalho Marinho

Doutor em Filosofia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Professor Departamento de Geografia, Universidade Federal do Maranhão; Maranhão, Brasil.

samarone.marinho@ufma.br

<https://orcid.org/0000-0002-8884-0914>

Recebido em: 28/12/2024

Aceito para publicação: 27/05/2025

Resumo

Este ensaio, introduz a vida e obra da filósofa Angela Davis e de como ela inspirou em seus escritos as minhas vivências acadêmica e ativista enquanto uma mulher trans e travesti, e o porquê a escolha para citar tal autora nesse trabalho. Compreende-se assim o conceito de interseccionalidade em seus trabalhos na visão feminista e o encarceramento em massa das prisões. Problematisa-se a questão da produção capitalista, como um sistema opressor e excludente, principalmente de mulheres negras, e como o principal causador da divergência e tensões entre os mesmos grupos subalternizados. Estuda-se também os momentos históricos de grupos dominantes que se aliavam aos dominados por um determinado objetivo social, mas gerando relações contraditórias. Analiso as minhas narrativas enquanto uma mulher trans/travesti no meio periférico e acadêmico e debruço-me sobre estar nesses espaços como um corpo indesejado, assim como o tão malfadado ideal de feminilidade. Conclui-se com a questão do chamado “contrato social” que naturaliza o racismo estrutural assim como o “punitivismo”.

Palavras-chave: Gênero, Racismo, Travestilidade, Interseccionalidade, Angela Davis.

Abstract

This essay introduces the life and work of philosopher Angela Davis and how she inspired my academic and activist experiences as a trans and transvestite woman in her writings, and why I chose to cite this author in this work. This essay understands the concept of intersectionality in her work from a feminist perspective and the mass incarceration of prisons. It problematizes the issue of capitalist production as an oppressive and exclusionary system, especially for black women, and as the main cause of divergence and tensions between these same subalternized groups. It also studies the historical moments of dominant groups that allied themselves with the dominated for a certain social objective, but generating contradictory relationships. I analyze my narratives as a trans/transvestite woman in the peripheral and academic environment and focus on being in these spaces as an unwanted body, as well as the ill-fated ideal of femininity. It concludes with the issue of the so-called “social contract” that naturalizes structural racism as well as “punitivism”.

Keywords: Gender, Racism, Transvestism, Intersectionality, Angela Davis.

Resumen

Este ensayo presenta la vida y obra de la filósofa Angela Davis y cómo inspiró mis experiencias académicas y activistas como mujer trans y travesti en sus escritos, y por qué elegí citar a dicha autora en este trabajo. Este entiende el concepto de interseccionalidad en su trabajo desde una perspectiva feminista y de encarcelamiento masivo en las prisiones. Se problematiza la cuestión de la producción capitalista, como sistema opresivo y excluyente, especialmente para las mujeres negras, y como principal causa de divergencias y tensiones entre los mismos grupos subordinados. También estudia los momentos históricos de grupos dominantes que se aliaron con los dominados para un determinado objetivo social, pero generando relaciones contradictorias. Analizo mis narrativas como mujer trans/travestis en el entorno periférico y académico y me enfoco en estar en estos espacios como un cuerpo no deseado, así como el tan desafortunado ideal de la feminidad. Concluye con la cuestión del llamado “contrato social” que naturaliza tanto el racismo estructural como el “punitivismo”.

Palabras clave: Género, Racismo, Travestilidad, Interseccionalidad, Angela Davis.

Résumé

Cet essai présente la vie et l'œuvre de la philosophe Angela Davis et comment elle a inspiré mes expériences universitaires et militantes en tant que femme trans et travestie dans ses écrits, et pourquoi j'ai choisi de citer un tel auteur dans cet ouvrage. Cela comprend le concept d'intersectionnalité dans leur travail dans une perspective féministe et l'incarcération de masse dans les prisons. La question de la production capitaliste est problématisée comme un système d'oppression et d'exclusion, en particulier pour les femmes noires, et comme la principale cause de divergences et de tensions entre les mêmes groupes subordonnés. Il étudie également les moments historiques de groupes dominants qui se sont alliés aux dominés pour un certain objectif social, mais générant des relations contradictoires. J'analyse mes récits en tant que femme trans/travestie dans l'environnement périphérique et universitaire et me concentre sur le fait d'être dans ces espaces en tant que corps non désiré, ainsi que sur l'idéal malheureux de la féminité. Il se termine par la question du soi-disant « contrat social » qui naturalise le racisme structurel ainsi que le « punitivisme ».

Mot-clé : Genre, racisme, travestissement, intersectionnalité, Angela Davis.

Introdução

Ter a difícil tarefa de escolher entre várias personalidades fortes e femininas e escrever sobre sua trajetória, pode ser prazerosa e ao mesmo tempo árdua. Embora a minha admiração por Angela Davis venha dos meus primórdios anos de licenciatura no curso de Teatro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde cito-a em diversos trabalhos acadêmicos nessa trajetória da minha vida, quase sempre pode-se acabar esquecendo alguns fatos de sua vida ou até mesmo de sua obra.

As reflexões de Davis aliam teoria e prática, baseadas em propostas feministas com a inclusão primordial das mulheres negras no âmbito das discussões e lutas, e sendo a pensadora, uma das principais inspirações para o meu fazer intelectual e acadêmico, posso então escrever aqui sobre a minha admiração pelo seu legado e de como ele afeta todos os setores de pesquisa e ensino em minha carreira universitária.

Davis e a luta contra a opressão capitalista

Davis nasceu nos EUA, em Birmingham, no estado do Alabama, em 26 de janeiro de 1944, considerado um dos estados mais racistas desse país, tanto que ficou conhecido pelo episódio do ataque promovido pela Klu Klux Kan na data de 15 de setembro de 1963 em uma Igreja Batista que servia como ponto de encontro para militantes de direitos de civis.

Isso já mostra de como Angela Davis convivia abertamente em um ambiente hostil, tendo que lidar com várias humilhações racistas e perigos à sua integridade física. Atualmente, é professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia (UCLA).

Seus trabalhos escritos e periódicos, começaram a ser publicados em meados dos anos 1970. Mas só alguns anos depois, o mercado editorial brasileiro se interessou em traduzir e distribuir suas obras em território nacional, dentre elas *Mulheres, Raça e Classe* (2016), *Mulheres, Cultura e Política* (2017), *A liberdade é uma constante* (2018), *Estarão as prisões obsoletas?* (2018) e *Angela Davis: uma autobiografia* (2019).

Davis também trabalhou a questão da interseccionalidade em seus trabalhos na visão feminista, principalmente em eixos abordados em temas como encarceramento em massa nas prisões.

A partir de inúmeras fontes, a pensadora considera que o modo de produção capitalista, beneficia-se de opressão de determinados corpos que se tornam descartáveis perante um sistema opressor e excludente. Como por exemplo, a baixa remuneração e exploração de mulheres negras, pois além de enfrentarem uma dupla jornada de trabalho (pois majoritariamente, são donas de casa e mães), acabam tendo poucas oportunidades de estudo e lazer. Sendo que o ideal de feminilidade e ao mesmo tempo de autonomia, não foi direcionado a esse percentual de mulheres, muitas vezes relegadas ao trabalho braçal e com poucas chances de equivalência com as mulheres brancas, ao fazermos uma comparação mais específica. Ao homem negro, cria-se o mito do homem violento e estuprador, também com baixa remuneração salarial, relegado a marginalidade e a criminalidade, lotando assim os presídios norte-americanos.

Junto a esses pensamentos de Davis, explicitamente no quesito da interseccionalidade, abordo a questão das mulheres trans e travestis negras, principalmente, que ainda recorrem a

prostituição como principal meio de subsistência, segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Ou seja, a população transgênera negra, também pode ser vítima do capitalismo e de suas ações opressoras como mecanismos de poder, além de seus corpos e de suas identidades fugirem de uma normatividade compulsória, obrigando a essa comunidade a sobreviver na clandestinidade, sem direitos e sem dignidade.

Essas arbitrariedades causadas pelo capitalismo, podem causar fatores como lutas entre os agentes desses próprios grupos explorados, causando assim, desgastes de potencialidades sem alcançar uma causa comum, invertendo a lógica de construir pontes de união e força, formando assim, estratégias para a busca pelo fim desse sistema.

E o que é mais interessante e curioso na vida de Davis e em todos os seus anos de militância é que ela nunca se colocou como líder de um movimento, e sim, buscou a emancipação da população negra como luta coletiva. Coletividade que ainda causa faíscas dentro de comunidades ditas como revolucionárias, cujos ideais, narrativas, problemáticas se estendem a debates sem soluções, e que infelizmente não auxiliam em nada na busca por justiça social ou pelo tão comentado “bem comum”.

Mas de que “representatividade” e “visibilidade” estamos falando?

Se fala tanto em união, respeito, acolhimento, que na verdade, vendo pelas minhas lentes curiosas e observadoras do tão fantástico comportamento humano, observo que a cada tempo que passa, as lutas e militância vão se fragmentando cada vez mais. A nova onda do momento é o famigerado “identitarismo”, termo que vem sendo cunhado até mesmo pela esquerda partidária, como forma de criticar lutas individuais em prol de discursos que abarquem o coletivo ou um determinado objetivo de massa. Porém, existe uma linha muito tênue, entre criticar esse tal “identitarismo” e suas problemáticas neoliberais, e o engajamento real e político de variadas lutas sociais. Não distinguir essas prerrogativas, é cair na armadilha de nossas próprias convicções moralistas e separatistas.

Sobre esse assunto, Davis (2018, p.18) também afirma sobre tal “insidiosa promoção do individualismo capitalista”. Ou seja, para ela, é bastante criteriosa que se evite tomar como iniciativa lutas coletivas como se fossem atos heroicos individuais. Como citei anteriormente, a fragmentação de comunidades sociais e políticas não pode estar fadada há um espectro de corrente neoliberal, que só pensa no indivíduo enquanto um mero objeto de tabuleiro, esquecendo que este indivíduo é um ser social, político, engajado, comunitário e coletivo.

E o capitalismo infelizmente se aproveita dessas tais coletividades, fala-se tanto em representatividade e visibilidade, principalmente nos meios de comunicação atuais, mas, que tipos de representatividade está sendo (ex)posta? Em que se baseia essa visibilidade? E em que espaço ela ocupa e tem importância para grupos/comunidades minoritárias sociais hoje em dia?

Por conta dessas engrenagens que o capitalismo impera, não me espanta que ele também utilizou-se de termos que antes eram só abordados pela militância. Com isso, hoje falo de REPRESENTATIVIDADES no plural, e em VISIBILIDADES na mesma forma semântica. Pois a negritude, a travestilidade, as pautas indígenas e até mesmo a *cisgeneridade*, possuem camadas de subjetividades e particularidades envolvidas. Portanto, o sistema capitalista, por

mais que usurpe um lugar de uma falsa pretensão de dar voz à essas lutas, não consegue abarcar toda a diversidade existente nas comunidades político-sociais existentes.

Exemplificando então, não existe só um *indivíduo* ou *indivídua* que vai REPRESENTAR toda uma comunidade negra, assim como não há uma pessoa trans/travesti que vai ser a voz de toda as pessoas transgêneros existentes, isso sim, é cair na ideia do simplismo e essencialismo.

Fanon (2009) já abordava sobre o termo do essencialismo em sua obra “Pele Negra, Máscaras Brancas”, criticando o sujeito alienado, ou seja, o que utiliza máscaras brancas para a única saída de uma negritude marginalizada, artifícios disparadores para a servidão, estigmatização, medo e tremor. Concluindo, certas iniciativas impostas pelo sistema capitalista, só reforça estereótipo e a desumanização de corpos e vivências negras, assim como a superficialidade de subjetividades e identidades.

Qual a fórmula para acabar com o racismo e outras opressões existentes?

Não posso negar, que assim como Davis, as minhas concepções de engajamento em lutas sociais, de gênero e raça não são só frutos exclusivos de minha personalidade, mas sim, de grande envolvimento da coletividade, dos movimentos sociais e estudos sobre os direitos humanos. A minha vivência e certos posicionamentos diante de aspectos sociais em volta, também foram frutos de outras vozes.

Um dos recursos que a filósofa mais utilizava para exemplificar lutas emancipatórias foi o resgate de momentos históricos em que grupos dominantes se aliavam aos grupos dominados para um determinado objetivo social. Mas, podendo assim gerar relações contraditórias, como o caso das sufragistas brancas da alta classe social que colocam critérios para o voto feminino que excluía mulheres negras, homens negros, assim como boa parte da população operária estadunidense. Ou seja, a opressão também existia dentro da emancipação do voto feminino, a luta individualista se fazendo presente em algo que devia ser coletivo.

Infelizmente, podemos observar isso em certas pautas da política partidária brasileira que se diz de esquerda, em que já citei anteriormente, muitos militantes desse espectro, comentam que pautas LGBTQIAPN+, de pessoas racializadas, indígenas, PCDs, dentre outros, são pautas identitárias que não tem muita importância ou prioridade. Fazendo com que exista um desmantelamento das próprias políticas sociais para esses determinados grupos, sem levar em conta, todas as problemáticas que existem na luta por dignidade e reconhecimento destes sujeitos e sujeitas, em sociedade, como cidadãos e cidadãs.

Mas alguns podem perguntar também: “Qual a fórmula para se acabar com o racismo e outras opressões existentes?”

Eu queria também ter uma resposta simples, direta e categórica para responder essa questão, mas assim como Davis, acredito que o racismo não está só em atores individuais, e sim de toda uma estrutura que se beneficia disso. E ela tem nome, se chama CAPITALISMO, que se talvez não existisse, não poderia se alimentar de todo o sofrimento e exploração de grupos socialmente marginalizados.

Até mesmo por uma ausência de análise crítica, o mito da democracia racial ainda existe no senso comum (científico ou não) da sociedade brasileira. O que ainda provoca situações e reações exageradas quando se fala em política de cotas ou outras iniciativas sociais em voga.

E quando se aborda o tema do racismo e outras formas de discriminação em vários setores de nossa comunidade, estranhamente ninguém se responsabiliza por tais atos, julgando até mesmo de maneira exagerada quando alguém denuncia ou escancara esses tipos de violência.

Por isso a ideia de coletividade e engajamento dentro dos movimentos sociais é de suma importância para trazer luz e voz a casos de violência racista e outros tipos de opressões existentes no nosso cotidiano, através de pesquisas sérias, mapeamento, estudos aprofundados e responsabilização de agentes opressores.

“E por acaso eu não sou uma mulher?”

E vivendo as minhas narrativas como uma mulher trans/travesti dentro de um espaço periférico, perpassando nos meandros do meio acadêmico, escolar etc. Passo e repasso por micro e macro violências no dia-a-dia, quando o meu corpo e minha existência “ousam” adentrar esses espaços antes privilegiados por uma *cisgeneridade*¹ branca compulsória, a tal engrenagem que usurpa minha dignidade e legitimidade, tentará de todas as formas mostrar através da opressão que não fui feita para transicionar ou elevar minha figura nesses setores, cabendo à mim a me conformar com os postes das esquinas, marginalização e muitas vezes a morte da minha própria existência.

Essa morte muitas vezes reflete não só a morte do corpo – geralmente de forma cruel e hedionda – mas também a morte social, em que nossos nomes, identidades e subjetividades são negados até no nosso sepultamento. Então, posso concluir que já morri várias vezes em vida, ou passei por perto diante de várias situações corriqueiras. Os corpos abjetos e objetos como o meu, estão ali para ser descartáveis, sem afeto, vilipendiados e violentados ao bel prazer desse sistema que oprime e mata.

Sobre o tal ideal de feminilidade que é tão cobrado igualmente por mulheres cisgêneras – e dez vezes mais para com mulheres trans/travestis –, Angela Davis salienta que mulheres negras nunca se encaixam nesses ditames impostos. Ela toma como símbolo o discurso de Sojourner Truth, mulher negra escravizada que ganhou liberdade em 1826, mudando-se assim para Nova York para adentrar nas causas sociais. O seu discurso, proferido em 1851, durante uma convenção de mulheres em Ohio, expressou a indignação de algumas declarações em que homens zombavam das mulheres pelo direito ao voto, o argumento é de que estas não podiam fazer nada sem a ajuda masculina.

Mas Truth acabou de vez com esse argumento do tal “sexo frágil”, pois a sua experiência como mulher negra, nada remetia com as afirmações machistas e misóginas aos quais aqueles homens proferiam. Principalmente, porque pela sua condição de mulher escravizada, jamais contou com benevolência de qualquer homem existente. Pelo contrário, segundo palavras dela própria, o açoite, o trabalho no campo e o clamor pelos seus filhos, ninguém foi ao seu auxílio ou ouviu suas dores, só mesmo a sua fé por Jesus Cristo trouxe esse conforto.

¹ Uma pessoa cisgênero ou cis é uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer, juntamente com o sentimento interno/subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer sentimento interno/subjetivo de gênero, estão “alinhados”. Uma pessoa cis é aquela que mantém privilégios em detrimento de pessoas trans, ou seja, ela é vista como “alinhada” dentro do seu corpo e do seu gênero. (KAAS, 2012).

A questão da *mulheridade*, enquanto categoria disciplinadora e modelo para certos parâmetros eurocêntricos, ainda é muito debatida em todos os quesitos de nossa sociedade. A mulher negra nunca foi o padrão nesse tópico, até mesmo, dentro do próprio movimento feminista havia divergências de pautas e reivindicações que não completava toda a negritude feminina nos movimentos sociais.

Partindo ainda de uma visão interseccional, a transgeneridade caminha lado a lado com as questões sociais das mulheres negras. Englobando as condições de mulheres transgêneras e travestis dentro desse espectro de justiça social, as mulheridades cis ou trans ainda sequer conquistaram emancipação social ou profissional, ou até mesmo de seus corpos.

Estereótipos, desumanização, animalização e objetificação cotidianamente são despejados em corporeidades femininas negras como um fator natural. A figura da mulata voluptuosa, sedutora e até mesmo maldosa, ainda ronda os imaginários de arquétipos existentes na mídia e sociedade.

Até mesmo a palavra Travesti é cercada por denominações carregadas de depreciação, caricatura e exotificação. É quase unânime quando pergunto para as pessoas (principalmente as cisgêneras): “O que vem na sua cabeça quando se fala travesti?”, a grande maioria responde, “prostituição”, e isso se acentua ainda mais quando se indaga o imaginário dessa figura travesti, na qual constantemente é uma figura feminina de cor escura, barraqueira, pobre e favelada. E fica assim outras questões para responder ou refletir; essas representações femininas, caricaturadas e ridicularizadas através de anos, fazem parte do espectro do “sexo frágil”? E se não fazem, o porquê as suas vivências não encaixam nesse modelo?

E mais, ainda existe a diferenciação – segundo alguns conceitos medicalistas – quanto aos parâmetros da transgeneridade. É a tal divergência entre mulher trans x travesti. Segundo conceitos higienizantes determinados por profissionais de saúde mergulhados em profundo desconhecimento e intolerância, a mulher transgênera seria aquela que tem ojeriza com seu órgão sexual, assim como uma disforia muito enorme com seu corpo e formato masculino, sofrendo assim de depressão e outros problemas neurológicos latentes. Ou seja, uma visão patológica do que seria um ideal perfeito do que é “querer ser uma mulher de verdade”, em detrimento das travestis, que seria uma “imitação” do “ser mulher”, portanto, denominadas transexuais fantasiosas.

E a melhor expoente e figura pública da representação do que seria uma mulher transexual, é a modelo e socialite brasileira dos anos 80, Roberta Close, personagem perfeita para a *caricaturização* de uma identidade transgênera domesticada e “padronizada”, mesmo ainda enfrentando violência transfóbica na mídia e vida profissional.

Concluindo, quero dizer que as marcas de uma *mulheridade* imposta, estigmatizada e esperada pelo sistema neoliberal e capitalista, ainda determina que corpos negros e transgêneros estão ainda na zona de rebaixamento do que seria uma “feminilidade ideal”. E essa falsa simetria de igualdade entre todas as mulheres, que mais parece engodo para provocar celeumas dentro do próprio movimento feminista com discursos de que as mulheres negras e travestis é que legitimam atitudes e discursos separatistas.

Ativismo *versus* vida pessoal

Infelizmente os comportamentos e atitudes racistas ainda fazem parte do nosso imaginário brasileiro, que acabam por reproduzir estereótipos escravocratas de maneira sutil e até mesmo escancarada, o que acaba implicando na vida social de pessoas negras rotineiramente.

Assim como a sexualização de corpos negros se tornou naturalizada e até tolerada, a violência policial ainda é muito latente nos bairros periféricos. O encarceramento em massa continua sendo um entrave social de grande debate e a banalização de crimes contra a população preta se tornou atrativo para programas sensacionalistas promoverem discurso de ódio, racismo e classismo.

Não se trata de falar de que nas comunidades e favelas brasileiras não haja crimes, e sim de como esse sistema utiliza de estratégias manipuladoras e de certa conveniência para julgar quais pessoas podem viver livremente, e quais são as outras que merecem morrer, mesmo inocentes.

Tráfico de drogas, violência contra mulher, crime hediondo, também ocorrem em bairros de alta classe social, mas são tratados diferentemente do que em qualquer bairro periférico de determinada região. Até mesmo, as condenações e penas diante de certos delitos são aplicadas de maneiras divergentes a partir do status social ou cor da pele.

Sobre essas questões da atualidade e outras ligadas à filosofia, Davis acreditava que não podia deixar separadas tanto a sua vida intelectual quanto ao seu papel de ativista. Pensava que a filosofia devia ser relevante para os problemas humanos.

Comparando as reflexões de Angela Davis, assim como as minhas experiências dentro do campo da academia e minha vida pessoal, também impliquei por um bom tempo sobre a separação da universitária trans pesquisadora *versus* minha particularidade fora da militância. Embora eu não me considere uma exímia militante partidária ou mesmo intitulada por correntes e bandeiras, não nego que me envolvi muito nas fontes do feminismo negro como inspiração de minhas ideias e escritos, passando a vivê-los na prática do cotidiano, e busquei no *transfeminismo*, complementar minhas referências de como ser, viver e sobreviver em espaços opressores. Óbvio, que estar militante a qualquer segundo cansa, isso demanda tempo e muito da nossa saúde mental. Mas se não fosse a busca por descortinar certos aspectos opressores do meio em que eu (sobre)vivia, eu não estaria por aqui escrevendo esse artigo, ou até mesmo lendo autoras como Angela Davis, Lélia González, Conceição Evaristo e entre outras...

Com isso, é de extrema importância que a voz de grupos sociais majoritariamente oprimidos seja elevada por todas e todas que lutam por justiça social, econômica e educacional. Quem quer a divisão das classes e a nossa separação é o capitalismo, que se beneficia e lucra com o sexismo e racismo.

E para provisoriamente finalizar, outra questão importante que Davis discute é o chamado “contrato social”, que exemplifica o *modus operandi* de como funciona o racismo estrutural, e de como o “punitivismo” e a coerção são vistos de maneira educacional e naturalmente aceitas na nossa sociedade. Mas, como já foi citada anteriormente, a punição tem cor e classe social, e quando é legitimada por boa parte da população, torna-se em um espiral de violência em que os maiores prejudicados são os negros, lgbt’s, mulheres, pessoas em situações de rua e outras minorias sociais.

Considerações Finais

Acredito que as obras de Angela Davis ainda vão perpassar diversas gerações e ainda vai se manter atual, graças a sua brilhante *práxis* em formular conceitos, aliando teoria e prática. A sua luta pela emancipação do povo negro estadunidense juntamente com as suas vivências acadêmicas e particularidades de uma mulher preta, auxiliam-na em um processo árduo para a dignidade e luta social que servem de inspiração para outros grupos oprimidos socialmente. Davis se tornou para mim, em toda a minha trajetória universitária, exemplo de que a coletividade anda presente com transformações palpáveis, a minha travestilidade se solidificou com as suas singularidades enquanto uma pessoa *queer*, preta, ativista, em busca de justiça social para todos e todas que são explorados e descartados por um sistema que só corrompe e suga.

A sua luta e o engajamento contra a subalternização feminina, e o enfrentamento do racismo e sexismo, a colocam com uma das intelectuais mais referenciadas, estudadas e pesquisadas para quem se interessa nessas temáticas, e que assim como eu, fazem coro e voz para que as nossas narrativas não sejam só objetos de estudo, mas histórias contadas e recontadas por nossas próprias autorias.

Referências bibliográficas

BENEVIDES, Bruna. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

DA SILVA, Alex Sander. Angela Davis e a luta pela liberdade em tempos de crise. Unisul, Tubarão, v.12, n. 22 p. 429-433, Jun/Dez, 2018.

DAVIS, Angela. A liberdade é uma constante. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. A Recepção de Fanon no Brasil e a Identidade Negra. Novos Estudos Cebrap, nº 81, 2008.

KAAS, Hailey. “O que é cissexismo?”. Transfeminismo, 2012. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/> Acesso em: 01 set, 2024.

TRUTH, Sojourner. “E não sou uma mulher?”. 2014. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.h8jBXJA/> Acesso em 01 set. 2024.